



Arquivo

Mesmo sem Itaipu funcionar, já existe excesso de energia

Os atrasos de Angra I

No decorrer da administração Figueiredo, a entrada em operação comercial da usina de Angra I foi adiada quatro vezes, por atraso nas instalações e, ultimamente, problemas de segurança e falta de mercado. Se a usina, de 626 MW, estivesse pronta hoje para operar com toda a sua capacidade, não haveria como vender a energia produzida.

Os fatores que determinaram um reestudo no programa de geração de energia hidrelétrica foram basicamente os mesmos que levaram o governo a postergar, por dez anos, a instalação das usinas incluídas no acordo nuclear teuto-brasileiro. Todavia, durante a administração Figueiredo, dois fatores desfavoráveis ao programa nuclear tiveram curso: o primeiro, a ampliação, para 213 mil MW, do potencial hidrelétrico do País, e a generalizada convicção de que esses recursos, a maioria (97,8 mil MW) localizados na Amazônia, são suficientes para atender a demanda

energética até 1990, sem problemas de transporte de grandes blocos de energia a grande distância, questão superada pela interligação de sistemas; o segundo, uma abertura maior da discussão em torno da necessidade do programa nuclear e que gerou uma iniciativa do próprio governo, por intermédio do chefe do Gabinete Militar, de solicitar ao principal opositor do programa, o cientista José Goldemberg, um estudo de avaliação do acordo, no qual é proposta a sua renegociação.

A despeito do aumento das pressões contra o acordo nuclear, inclusive mediante investigação de Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada no Senado; das reações à escolha de locais para a colocação de rejeitos radioativos, a Nuclebrás continuou sendo fortemente apoiada pelo governo, tendo seus dispêndios globais, aprovados pela Sest, se elevado de Cr\$ 94,9 bilhões em 1981 para Cr\$ 198,6 bilhões este ano.